

DECISÕES PROFERIDAS PERANTE A 25ª REUNIÃO HÍBRIDA ORDINÁRIA DO CONSELHO SUPERIOR.
Julgados em 05.09.2025.

1º. SEI nº 2025.0.000009775-6.

Interessado: Secretaria Executiva da Defensoria Pública-Geral do Estado de Mato Grosso.

Assunto: Proposta de criação do Núcleo Estratégico de Atuação Criminal - NAE Criminal Conselho Relator: Dr. Claudiney Serrou dos Santos.

Decisão: ☐ **O Conselho Superior da Defensoria Pública do Estado de Mato Grosso, em sessão ordinária realizada em formato híbrido no dia 05.09.2025, analisou a proposta apresentada pela Secretaria Executiva da Defensoria Pública-Geral do Estado de Mato Grosso, referente à criação do Núcleo Estratégico de Atuação Criminal - NAE Criminal, constante do SEI nº 2025.0.000009775-6. Após ampla discussão, o Conselho Superior deliberou aprovar a Resolução nº 179/2025/CSDP, conforme minuta apresentada pelo requerente, com as alterações consensualmente realizadas em sessão. A medida foi aprovada de forma unânime, consolidando a criação do Núcleo e estabelecendo as diretrizes de funcionamento e competências do NAE Criminal, conforme abaixo transcrito:**

RESOLUÇÃO NÚMERO 179/CSDP/2025.

Dispõe sobre a criação do Núcleo de Atuação Estratégica Criminal da Defensoria Pública do Estado de Mato Grosso - NAE-Criminal.

O CONSELHO SUPERIOR DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO, no uso de suas atribuições institucionais, conferidas pela Lei Orgânica da Defensoria Pública do Estado de Mato Grosso (Lei Complementar Estadual nº 146/2003 com alterações da LC 608/2018), em seus artigos 15 e 21, I, IX e XIX;

Considerando que compete à Defensoria Pública, como expressão e instrumento do regime democrático, fundamentalmente, a promoção dos direitos humanos, a defesa, em todos os graus, judicial e extrajudicialmente, dos direitos individuais e coletivos, de forma integral e gratuita, aos que se encontram em situação de vulnerabilidade;

Considerando as disposições da Resolução nº 178/2025 do Conselho Superior da Defensoria Pública, que determina a implementação de Núcleos Estratégicos de acordo com a pertinência e relevância do interesse público e as atribuições institucionais da instituição e o processo julgado perante a 25ª reunião ordinária SEI nº 2025.0.000009775-6;

RESOLVE:

Art. 1º. Fica criado o Núcleo de Atuação Estratégica Criminal da Defensoria Pública do Estado de Mato Grosso - NAE-Criminal, com atuação em todo território estadual, que oficiará diretamente ou prestando suporte a outros núcleos, em relação às atribuições descritas na presente Resolução.

Parágrafo único. Em razão da natureza, complexidade e amplitude das atribuições, o NAE-Criminal contará com membros designados especialmente por mandato, sem prejuízo das atribuições ordinárias, conforme os termos do § 1º do art. 28 da Lei Complementar Estadual 146, de 29 de dezembro de 2003, e desta Resolução.

Art. 2º. O NAE-Criminal tem por finalidade a atuação perante unidades judiciárias que não estejam sob a atribuição de órgão de atuação ordinário da Defensoria Pública, bem como em situações excepcionais de impedimento de atuação dos membros, titular e substituto, com atribuição natural para o caso criminal.

§1º No caso de atuação perante ao Juiz de Garantias, competirá aos membros atuantes no NAE-Criminal realizar o atendimento do assistido ou de seus familiares, promover a defesa nos inquéritos policiais e praticar todos os atos necessários para a defesa efetiva, incluindo:

I - Participar das audiências de custódias, decorrentes de Auto de Prisão em Flagrante ou aquelas decorrentes da expedição do mandado de prisão preventiva ou temporária, originadas do Inquérito Policial;
II - Intermediar o Acordo de Não Persecução Penal;
III - Apresentar recursos decorrentes da aplicação de Medidas Cautelares impostas ou prisões preventivas decretadas por ocasião da audiência de custódia;
IV - Solicitar a apuração junto às Corregedorias das Polícias e à Promotoria do Controle Externo das Polícias do Ministério Público do Estado de Mato Grosso quando dos relatos de agressão policial noticiados por ocasião das audiências de custódia;
V - Solicitar perícias e outras diligências que forem necessárias ao deslinde do inquérito;

VI - acompanhar o trâmite dos Inquéritos Policiais quando houver pedido dos interessados;
VII - acompanhar os assistidos, vítimas de violência policial, na fase extrajudicial, quando solicitado;
VIII - acompanhar os assistidos presos por mandado de prisão de outros Estados.
IX - atuar em outras matérias inerentes às atribuições definidas no §1º deste artigo 2º.

§2º Inclui-se nas atribuições do NAE-Criminal a atuação nos interrogatórios realizados nos Inquéritos Policiais Militares e nos Procedimentos Administrativos Disciplinares Militares, quando o interessado se tratar de assistido da instituição.

§3º Inclui-se entre as atribuições do NAE-Criminal, a atuação em unidades judiciárias criadas nos moldes desta Resolução.

§4º Nos dias sem expediente da instituição ou fora do horário de expediente, as atividades de competência do NAE-Criminal serão realizadas no plantão da Defensoria Pública.

Art. 3º O NAE-Criminal será composto por no mínimo 10 (dez) órgãos de atuação, denominados Defensorias de Atuação Estratégicas Criminais.

Parágrafo único. A Defensoria Pública Geral, quando da abertura do edital, deverá descrever as atribuições dos órgãos de atuação.

Art. 4º Compete às Coordenações dos Núcleos da Defensoria Pública do Estado onde for atendido o usuário/assistido do NAE-Criminal disponibilizar medidas para viabilizar meios para o atendimento pelo NAE-Criminal, quando necessário.

Art. 5º Os casos omissos serão resolvidos pela Defensoria Pública-Geral do Estado.

Art. 6º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Maria Luziane Ribeiro de Castro
Presidente do Conselho Superior

2º. SEI nº 2025.0.000016196-9.

Interessado: Segunda Subdefensoria Pública-Geral.

Assunto: Julgamento da promoção à Terceira Classe - Edital nº 009/2025/DPG, referente à promoção na Terceira Classe (12 vagas), pelos critérios de merecimento e antiguidade, conforme a lista de inscristos(as) publicada no D.O.E. nº 29.051, de 25/08/2025 (págs. 94-95).

[bu]D[/bu]ECISÃO: ☐ **O Conselho Superior da Defensoria Pública do Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e regimentais, em 25ª sessão ordinária híbrida realizada em 05.09.2025, deliberou pela aprovação do julgamento das promoções à Terceira Classe, nos termos do Edital nº 009/2025/DPG, atribuindo as vagas de acordo com os critérios de merecimento e antiguidade. Na sequência, a Defensoria Pública-Geral e Presidente do Conselho Superior, Dra. Maria Luziane Ribeiro de Castro, proclamou promovido, por merecimento, o Defensor Público Dr. Leandro Martins de Oliveira para a 1ª vaga da Terceira Classe, referente ao Edital nº 009/2025/DPG, nos termos do artigo 11, inciso XXVIII, da LCE nº 146/2003, conforme deliberação do Conselho Superior e com efeitos financeiros retroativos à data do julgamento realizado em 05.09.2025. Para a 2ª vaga, por antiguidade, foi proclamado promovido o Defensor Público Dr. Daniel Bezerra de Oliveira, nos termos do artigo 11, inciso XXVIII, da LCE nº 146/2003, conforme deliberação do Conselho Superior e com efeitos financeiros retroativos à data do julgamento realizado em 05.09.2025. Para a 3ª vaga, por merecimento, foi proclamado promovido o Defensor Público Dr. Caio Eduardo Felício Castro, nos termos do artigo 11, inciso XXVIII,**